

Algumas considerações sobre Educação Patrimonial e a realidade deste processo nas cidades de Gramado e Canela

Alexandre Adão Basei Beeck

RESUMO

Neste artigo, busca-se analisar a importância da Educação Patrimonial no contexto escolar, bem como observar como estão sendo desenvolvidas ações preservacionistas nos municípios de Gramado e Canela. A valorização e preservação dos bens culturais passam pelo desenvolvimento de projetos ligados à Educação e ao Patrimônio. Entretanto, percebe-se que este é um tema pouco comum na realidade escolar da região.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. Ensino. Identidade.

Some considerations about Patrimony Education and the process in Gramado and Canela municipalities

ABSTRACT

This article aims to analyze the significance of Patrimonial Education in the school context, as well as to observe how the preservation actions are being developed in Gramado and Canela. The appreciation and preservation of cultural patrimony entail the development of projects related to Education and Patrimony. However, this kind of activity is still uncommon as a theme in the regional school reality.

Keywords: Patrimonial Education. Teaching. Identity.

Atualmente vivemos em um período marcado por intensas e profundas transformações em todos os campos. A partir do fenômeno da globalização e da revolução tecnológica desenvolvemos a idéia da existência de uma sociedade da informação e do conhecimento. Neste contexto global, percebemos que vem ocorrendo um processo de homogeneização cultural. As fronteiras econômicas estão sendo extintas e isso permite que uma determinada cultura massificadora se imponha, absorva diferenças e padronizes valores, principalmente estéticos.

Observamos de um lado os interesses dos grupos hegemônicos, que selecionam e impõem determinado padrão de cultura e de bem cultural, e, de outro, diferentes segmentos sociais, de pequena influência política, que estão submetidos à tirania do mercado e da informação e, por isso mesmo, mais facilmente suscetíveis à homogeneização cultural (MACHADO, 2002, p.297).

Alexandre Adão Basei Beeck é acadêmico do curso de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Identidades – ULBRA. Tutor do Curso de Licenciatura em Pedagogia – ULBRA EAD. Pesquisador do Centro de Memória do Trabalho de Canela.

Textura	Canoas	n.18	p.56-65	jul./dez. 2008
---------	--------	------	---------	----------------

A contraposição desta idéia de cultura única deve ser a valorização das identidades nacionais, regionais e locais. Neste cenário a preservação do Patrimônio Cultural se mostra fundamental, pois este é um processo que privilegia sobretudo a idéia de democratização das culturas. Assim, a manutenção da identidade é um pressuposto básico para a formação da cidadania. Conforme Machado (2004):

Um dos elementos fundamentais da construção do cidadão é a identidade cultural, ou seja, sua capacidade de sentir-se pertencente a um grupo que compartilha sentimentos, signos tradições, enfim, compartilha uma historia comum. Esses elos de pertencimento podem estar relacionados a um território amplo (identidade nacional) ou a características restritas a alguns indivíduos participantes de grupos étnicos, religiosos, de gênero....Os traços culturais desses grupos coexistem para a formação da identidade nacional, acrescentando a ela matizes muito particulares. (MACHADO, 2004, p.6)

Neste sentido a escola adquiriu um papel primordial, sendo o local onde os processos que devem privilegiar a formação da noção de identidade cultural se iniciam. A escola deve ser o lócus de construção de um indivíduo crítico, atuante e responsável, ou seja, de um cidadão. Portanto, é neste ambiente que deve se desenvolver a idéia de investigação e valorização da nossa cultura através da preservação do Patrimônio.

Pensamos que a formação de novos cidadãos está ligada à forma como interpretamos o passado. Neste sentido é necessário desenvolver uma idéia de pertencimento, mas também de reconhecimento das diferenças. Assim, podemos formar um contraponto à cultura consumista da destruição–renovação. Percebemos que a Educação Patrimonial está prevista nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) para o ensino da História. Entretanto, observamos que na prática ainda é um tema ausente ou pouco comum no ensino básico e médio brasileiro.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, (2000) um dos objetivos do Ensino Fundamental é que os alunos sejam capazes de compreender a cidadania como participação social e política. Entretanto, a educação para a cidadania requer que os alunos ultrapassem o ambiente escolar e percebam que estão inseridos em um contexto social mais amplo. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a importância da Educação Patrimonial no contexto escolar bem como observar como estão sendo desenvolvidas ações preservacionistas nos municípios de Gramado e Canela.

Observamos que a Constituição do Brasil de 1988, no seu artigo 216, apresenta a seguinte noção a respeito de Patrimônio Cultural:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, no quais se incluem: I- As formas de expressão. II- Os modos de criar, fazer e

viver. III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas IV- As obras, objetos, documentos, Edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. V- Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988, art. 216)

A valorização e preservação dos bens culturais passam pelo desenvolvimento de projetos ligados à Educação Patrimonial, pois se trata de um processo sistemático de ensino que tem como foco principal o Patrimônio Cultural. Ela é um ponto fundamental com vistas à formação de um cidadão preparado para a diversidade cultural. Encontramos trabalhos importantes nesta área, que servem como diretrizes para profissionais interessados nas questões teóricas e praticas da Educação Patrimonial.

A bibliografia sobre o tema é bastante recente, inclusive com muitos artigos disponibilizados via web. Estes materiais apresentam discussões importantes, principalmente metodológicas, sobre como fundamentar o ensino no estudo do Patrimônio Cultural. São manuais, relatos de ações e projetos, bem como anais de seminários e simpósios. Neste contexto podemos citar autoras como Horta (1999), Grunberg (2001) e Machado (2004), seus trabalhos tem servido como norte aos professores que pretendem utilizar o Patrimônio Cultural na educação. Definindo essa forma de ensino Machado (2004) afirma que:

A Educação Patrimonial consiste na implementação de ações educativas de investigação, apropriação e valorização do Patrimônio Cultural. O trabalho com a produção cultural das gerações que nos antecederam permite reativar os processos da memória, descobrindo como nossos antepassados produziam a satisfação de suas necessidade, como resolviam seus problemas imediatos e como se organizavam socialmente. Um outro olhar sobre o seu fazer e saber pressupõe estabelecer elos com essa produção cultural. Esse processo de reconhecimento, atribuição de significado e de identificação nos faz entender o que somos hoje e construir coletivamente o nosso futuro. (MACHADO, 2004, p.28)

Assim, este é um processo permanente e sistemático de formação educacional que coloca o Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo, onde o ensino esta centrado nos bens culturais. Consideramos a educação patrimonial como um instrumento de “alfabetização cultural” que permite ao cidadão fazer a leitura do mundo que o rodeia e compreender a sociedade e o momento histórico no qual está inserido (GRUNBERG, 2001, p.5-6).

Percebemos que a Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o desenvolvimento dos processos culturais que cercam a vida do aluno, sendo um instrumento de motivação para a prática da cidadania e uma nova visão do Patrimônio Cultural. Conforme Horta (1999):

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, 1999, p.6)

Trabalhar educacionalmente com o Patrimônio Cultural não pode ser apenas uma tarefa de passagem de informações, como muitas vezes ocorre, mas levar o aluno no processo de conhecimento, a identificar os ‘signos’ e os significados atribuídos às coisas por uma determinada cultura, a mergulhar no universo de sentidos e correlações que elas oferecem à descoberta, a procurar entender a ‘linguagem cultural’ específica utilizada naquelas manifestações e, finalmente, a envolver-se efetivamente com elas. Dessa forma o princípio fundamental na Educação Patrimonial é tomar os bens culturais como fonte primária de um trabalho de ativação da memória social (HORTA, 2000, p.30-35).

Portanto, a elaboração de diretrizes para a definição de uma política de patrimônio voltada para a educação deve considerar os diferentes universos como o da educação formal, o dos espaços culturais como os museus, assim como as iniciativas empreendidas pela sociedade. Neste sentido Varine (2002) afirma que:

Tanto no Brasil como em outros países da América latina e – talvez com certo atraso no reconhecimento do fenômeno – no mundo inteiro, a educação popular apoiada no patrimônio esta se tornando um fator essencial do desenvolvimento local, para a formação de populações conscientes de sua força e de suas capacidades de iniciativa e de controle de seu presente e de seu futuro, colhidas no conhecimento de sua herança cultural e natural. (VARINE, 2002, p.295)

A educação voltada para o Patrimônio pode ser desenvolvida inclusive no início do processo escolar, pois os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil trazem como um dos temas de trabalho o eixo “organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar”. São os momentos iniciais quando a criança começa a se perceber como sujeito histórico em uma sociedade em constante transformação. O ensino nesta fase deve superar a mera comemoração de datas cívicas, devendo ser criadas situações de explicação do mundo social, pois a partir, principalmente do convívio com a comunidade e suas manifestações culturais se inicia o processo de formação da identidade (CRUZ, 2006, p.14).

Entendemos que o principal objetivo do ensino de história nas séries iniciais é a formação da noção de identidade e a reflexão sobre o desenvolvimento da atuação do indivíduo na sociedade. Também deve construir concepções sobre fato histórico, sujeito histórico e tempo histórico. Propiciar situações pedagógicas para o desenvolvimento de noções de diferença-semelhança e continuidade-descontinuidade, observando as permanências e transformações no modo de vida social, cultural e econômico.

Os conteúdos devem enfatizar as diferenças históricas que formam as relações estabelecidas entre a coletividade local e outras coletividades de outros tempos e espaços. Assim privilegia-se a história local e do cotidiano. Devemos então partir de problemáticas locais, integrando a história cotidiana da criança e do local ao contexto histórico. Segundo Luporini (2002):

Deve-se considerar ainda, que construir objetos de estudo centrados na História Local pode apresentar-se como uma experiência potencializadora para o currículo escola, como uma forma de articular um processo pela busca e confronto de dados. Tais dados, pertinentes a uma realidade próxima que favoreça ao educando uma melhor compreensão das normas sociais, usos, costumes e tradições que regem a comunidade onde vive. Além disso, podem favorecer a análise das transformações ocorridas, dos avanços e retrocessos verificados e das possibilidades de novas transformações pela ação dos sujeitos sociais. (LUPORINI, 2002, p.334)

Já o eixo temático do segundo ciclo, terceira e quarta série é a história das organizações populacionais. Neste momento devem ser desenvolvidos conhecimentos sobre as relações estabelecidas entre a coletividade local e outras coletividades, percebendo como diferentes grupos, em diferentes temporalidades se organizavam (CRUZ, 2006, p.43).

Neste contexto, ações como a saída de campo ao museu, a partir de um projeto desenvolvido previamente é fundamental para a percepção de que o objeto também é um documento histórico que deve ser explorado. Nestes locais esta expressa a criação cultural de determinados grupos. De acordo com Pippi (2005):

Nesse sentido, pode-se deduzir da importância dos museus, quando abertos sobre a extensão de extensão de sua própria significação, como recortes temporais e espaciais das vivências humanas, da memória a transformar-se em história, e da percepção do papel social que o mesmo pode exercer junto as comunidades as quais esta inserido, visando seu desenvolvimento. (PIPI, 2005, p.55)

A visita a arquivos históricos com as crianças também é importante para o recebimento da importância da guarda e conservação dos documentos e futura valorização dos acervos familiares e pessoais. Porém deve-se relacioná-la ao conteúdo desenvolvido na escola.

Entendemos que nas séries iniciais o trabalho com a iconografia é fundamental, pois são alunos no início da alfabetização e necessitam da imagem para identificar a pluralidade cultural. Portanto, a utilização de documentos manuscritos ou impressos se mostra necessária, pois através deles obtemos informações sobre aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, sobre hábitos e valores de diferentes épocas. Possibilitar situações de aprendizagem que privilegiem a utilização dos mesmos é importante para que se evitem as restrições impostas pelos livros didáticos.

Neste sentido a História Oral é essencial, pois a partir da sua metodologia poderemos reconstruir os fatos através da memória. Percebemos que a História oficial está nos livros, nos documentos e nos discursos dos dirigentes. Entretanto, ao seu lado existe uma outra visão dos acontecimentos que pode e deve ser recuperada pela História Oral.

A observação do Patrimônio Arquitetônico da cidade e de suas transformações ao longo do tempo propiciará ao aluno o entendimento de como se desenvolveu a construção histórica da localidade. Lançar o olhar sobre estes locais, inclusive a própria residência do aluno é perceber como a cultura também esta projetada nestes espaços. A partir dessa investigação podem se formar noções de conservação, revitalização e de proteção.

Observamos que os modos de saber e fazer também estão expressos nos processos produtivos da comunidade. Investigar instrumentos, técnicas, relações e espaços é traçar um quadro da evolução da história do trabalho na localidade. As suas práticas culturais são expressas em praças, feiras, mercados, espaços que precisam ser valorizadas pela escola, pois neles as pessoas se reconhecem, formam um elo comum de convívio cultural.

A exploração do Patrimônio Religioso é fundamental. Entender as crenças, devoções, práticas, cerimoniais, ou seja, como se desenvolve a ligação do homem com o sagrado, se torna um modo de buscarmos como o individuo vence seus desafios cotidianos. Os templos, terreiros, centros, igrejas são principalmente espaços de trocas culturais.

Neste contexto as festas e comemorações também são um elo que envolve as comunidades. Nesses momentos ela expressa sua identidade cultural. São um foco de resistência, mas onde percebemos novas praticas culturais sendo agregadas com o passar do tempo. Portanto trabalhar com ações que busquem desenvolver a noção de identidade cultural é necessário e urgente.

Investigando como estão se desenvolvendo estas idéias na Região das Hortênsias, observamos que nas ruas de Gramado e Canela ainda é notável a influência da imigração na cultura desses municípios. Com relação à arquitetura, por exemplo, observamos que pequenos prédios comerciais, residências, hotéis e pousadas possuem características únicas, o que contribuiu para que essas cidades se consolidassem no cenário turístico nacional.

Belezas naturais e um calendário de festas apropriado ao clima serrano fazem de Gramado e Canela um pólo de atração turística, principalmente no inverno. Contudo, a preservação da memória dos antepassados, estampada na arquitetura dos seus prédios públicos ou em residências antigas, tem recebido pouco apoio das administrações. Mesmo sabendo que o tema não seja apenas de responsabilidade governamental, falta articulação com a comunidade e com setores empresariais, que podem desenvolver importantes parcerias. Mas desde que haja incentivos financeiros e principalmente planejamento, que possam garantir desenvolvimento com qualidade de vida, sem descaracterizar a história da região.

O município de Gramado conta com uma Lei de Tombamento e um Conselho de Proteção, que tem por objetivo zelar pelo Patrimônio Cultural da cidade. Entretanto

percebemos que alguns bens materiais tombados não estão preservados. Apesar de a cidade contar com Museu Municipal e Arquivo Histórico, inserido dentro do Arquivo Público, faltam ações relacionadas à educação.

Na cidade faltam projetos de investigação desse Patrimônio Cultural. Não há envolvimento da comunidade escolar, e em geral, com o arquivo e o museu da cidade. Ela carece de ações de reconstrução da história local através da Educação Patrimonial. As poucas iniciativas importantes ocorrem durante a Festa da Colônia (março) e o Festival de Cinema (agosto), quando são desenvolvidos projetos envolvendo bairros e comunidade escolar.

A deterioração do Patrimônio Histórico também preocupa alguns setores da sociedade canelense. A inexistência de um Arquivo Histórico ou de um Conselho para que a Lei de Tombamento do município funcione, vem prejudicando um trabalho efetivo na área. Em Canela são raras e específicas as ações Patrimoniais.

Entretanto, devemos destacar o papel desempenhado pelo Centro de Memória do Trabalho de Canela, uma entidade civil que tem por objetivo proceder a guarda e preservação da documentação histórica da cidade. Ele foi pensado e criado, em janeiro de 2004, por várias entidades: Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, do Turismo, do Comércio, do Papel, Papelão e Cortiça, Associação de Contabilistas da Região das Hortênsias e pela Comunidade Luterana Cristo Redentor. A preocupação central foi a atenção com a preservação dos acervos pessoais e de empresas que retratem a memória do trabalho na história de Canela.

A constituição de arquivos e museus municipais ainda é uma utopia para a maioria dos municípios do nosso Estado. Esse descaso pela instalação e manutenção desses lugares de memória faz com que elementos significativos de nossa história sejam esquecidos ou, até mesmo, impossíveis de serem recuperados. Então, pensou-se na criação do Centro, para recolher, guardar e conservar as fontes documentais que atestavam a nossa trajetória, contribuindo também para criar uma postura preservacionista em relação ao patrimônio cultural local.

A inexistência em Canela de um Museu ou Arquivo Municipal e de políticas de preservação, por si só justificaria a instalação do Centro de Memória do Trabalho como uma alternativa capaz de suprir esta lacuna. Enfrentamos uma corrida contra o tempo e o esquecimento. O pensamento inicial era o de que precisávamos transformar os vestígios em testemunhos, capazes de construir elementos significativos de identidade local.

O Centro pode ser definido juridicamente como uma associação, sem fins econômica que têm como objetivo principal preservar a documentação histórica referente a cidade de Canela. O CMTC possui como finalidades: Recolher, adquirir e receber através de doações o acervo histórico produzido pela Administração Pública Municipal e/ou por empresas e instituições particulares, famílias e indivíduos; Resgatar através do acervo a história e a identidade cultural do município; Conservar, preservar e restaurar o acervo de acordo com normas técnicas; Proceder à guarda do acervo; Proporcionar ao público em

geral acesso à documentação; Realizar pesquisas de caráter histórico-cultural; Organizar atividades culturais que enriqueçam a difusão cultural do município.

Atualmente o Centro de Memória é uma referência importante no processo cultural da cidade. Promovendo ações que visam a conscientização para uma prática de preservação do Patrimônio Cultural, tais como: seminários, exposições, palestras e cursos.

Gramado e Canela são cidades que vivem da atividade turística e, portanto, devem necessariamente privilegiar ações voltadas para a Educação Patrimonial. Pois estas são duas atividades que possuem como mola propulsora o Patrimônio Cultural, e ambos os processos estão atrelados à relação entre tal patrimônio e a comunidade que o envolve. Esta valorização do Patrimônio promovida por projetos ligados à educação beneficia o turismo na medida em que aproxima a comunidade local do seu Patrimônio Cultural (SALES, 2006, p.15). Portanto:

O fenômeno turístico necessita do apoio da comunidade local para que se desenvolva de forma harmoniosa e atenda aos interesses de todos os segmentos nele envolvidos, especialmente o turismo voltado para os atrativos culturais da localidade. Logo, dar prioridade ao desenvolvimento cultural da comunidade, o que implica na busca da preservação da memória histórica e social e no fortalecimento constante da identidade dos povos pode potencialmente beneficiar o turismo. (SALES, 2006, p.14)

Atualmente algumas cidades turísticas vêm seus recursos culturais reduzidos a objetos de consumo, subordinados aos interesses do mercado turístico. Neste contexto, é inegável a necessidade da inserção da Educação Patrimonial dentro do planejamento turístico de qualquer localidade que se proponha esse fim (SALES, 2006, p.16). De acordo com Ribeiro e Santos (2008):

O turismo Cultural pode ser um importante aliado na preservação e na manutenção da memória viva de manifestações cultural materiais e imateriais. Sabemos que o turismo como fenômeno social, baseado no deslocamento humano se alimenta da cultura ou da diversidade cultural, das comunidades visitadas, baseado em um sistema de atrações e de serviços oferecidos – transportes, hospedagem, restauração, imagem projetada e promoção dos destinos – compondo com outros recursos como a gastronomia, o artesanato e a comunidade local ponto de partida para a manutenção do destino e da sua comercialização. (RIBEIRO; SANTOS, 2008, p.9)

Entendemos que deva haver uma preocupação como o desenvolvimento sustentável do Patrimônio Cultural, principalmente os pertencentes as cidades de fluxo turístico, pois o turismo cultural procura resgatar hábitos, costumes e valores que são apresentados aos visitantes.

O turista que privilegia o sentido cultural da viagem busca reconhecer as identidades locais que deveriam estar impressas no Patrimônio Cultural da comunidade. Porém, observamos que nas cidades de Canela e Gramado estão faltando ações que privilegiem a manutenção das suas identidades culturais.

CONCLUSÃO

Percebemos que a Educação Patrimonial deve ser um processo desenvolvido permanentemente no ambiente escolar. O ensino de história, principalmente nas séries iniciais, deve estar alicerçado no entendimento da construção histórica da comunidade. Pensando dessa forma poderemos despertar desde cedo nos alunos a consciência da importância da preservação.

Compreendemos também que a observação e as avaliações criteriosas sobre o Patrimônio Cultural da Região das Hortênsias, especialmente Gramado e Canela, pode contribuir para a sensibilização do poder público e a conscientização da população acerca das constantes necessidades para promover a preservação destes bens culturais.

A manutenção do Patrimônio Cultural desses municípios é um desafio permanente. O desenvolvimento impulsionado pelo turismo, vem ofuscando a necessidade de investimentos na área. Pois se privilegia o Turismo Comercial em detrimento do Turismo Cultural. Contudo, o desenvolvimento deste último pode contribuir para o respeito ao Patrimônio. A criação de um Conselho para preservação, em Canela, por exemplo, seria um avanço importante para garantir a valorização e o respeito ao passado. Então percebemos que deve haver uma mudança de concepção para a preservação do Patrimônio. Um trabalho que deve passar necessariamente pela escola.

Assim, quando estudamos e pesquisamos nossa realidade cotidiana, a partir da Educação Patrimonial, adquirimos instrumentos que nos permitem uma maior reflexão sobre quem somos e qual é o nosso papel na sociedade. Assim a compreensão dos aspectos históricos, sociais, econômicos, geográficos e culturais do local onde vivemos, deve ser o primeiro passo na conquista de nossa cidadania. Neste sentido uma educação voltada para o Patrimônio Cultural se torna fundamental.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição (1988)*. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- CRUZ, Gisele Della. *Fundamentos Teóricos das Ciências Humanas*. Curitiba: IESDE, 2006.
- GRUNBERG, Evelina. *Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. (on line). Disponível em www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4/estudos_sociais/educacao_patrimonial.pdf. Acesso em 10 abr. 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

_____. Fundamentos da Educação Patrimonial: In: *Revista Ciências & Letras* n.27, jan./jun. Porto Alegre: Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras, 2000.

LUPORINI, Tereza Jussara. *Educação Patrimonial: projetos para a educação básica*. In: FACULDADE PORTO-ALEGRENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS. Patrimônio e Educação. Porto Alegre, 2002.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Caixas de memória*. In: FACULDADE PORTO-ALEGRENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS. Patrimônio e Educação. Porto Alegre, n.31, 2002.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação Patrimonial: orientação para professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed., 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia/Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

PIPI, Gladis Maria. *História Cultural das Missões: memória e patrimônio*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

RIBEIRO, Marcelo; SANTOS, Eurico de Oliveira. Turismo Cultural como Forma de Educação Patrimonial para as Comunidades Locais. *Revista Itinerarun (on line)*, v.1, 2008. Disponível em: <http://seer.unirio.br/index.php/itinerarium/article/viewPDFInterstitial/137/108>. Acesso em 28 jun. 2009.

SALES, Fabiana de Lima. *A Educação Patrimonial e o Turismo: o caso da aula no Museu do Museu Municipal de Caxias do Sul/RS*. Tese de mestrado do Curso de Mestrado em Turismo – Universidade de Caxias do Sul, apresentada em 2006. Disponível em: http://tede.uces.br/tde_arquivos/3/TDE-2006-09-25T063922Z-23/Publico/Dissertacao%20Fabiana%20Sales.pdf. Acesso em 28 jun. 2009.

VARINE, Hugues de. Patrimônio e educação popular. In: FACULDADE PORTO-ALEGRENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS. Patrimônio e Educação. Porto Alegre, 2002.